

ANOTAÇÕES PARA UM PROJETO PROGRESSISTA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA 2023¹

RESUMO EXECUTIVO: Análise de conjuntura nacional e global, com foco na Educação Básica. Papel da educação pública numa sociedade profundamente desigual. Na interface entre educação básica e educação superior, pensar estrategicamente o futuro da educação brasileira. Elementos do contexto político-eleitoral recente: políticas de desmonte da Educação em curso; centralidade da Educação no Programa de Governo da coligação vitoriosa; políticas orientadas à sustentabilidade; **prioridade máxima à Educação Básica**. Respostas concretas a desafios: das sequelas da pandemia aos problemas crônicos dos sistemas públicos de ensino, da questão da formação de professores para a escola básica à inclusão social no ensino superior. Propostas:

- 1- **URGENTE:** mutirão nacional para recuperar déficits educacionais resultantes da Pandemia Covid-19, aplicando o Regime de Colaboração previsto na CF e na LDB.
- 2- REUNI da Educação Básica, mediante edital público, destinado a **Consórcios Estaduais de Educação Superior** para formação de professores para a Educação Básica.
- 3- **Licenciaturas Interdisciplinares**, com “abdução para docência” de estudantes de outros cursos, com docentes em segunda licenciatura ou em mestrados profissionais de ensino.
- 4- **Colégios Universitários** articulados em rede com institutos federais e estaduais, universidades multi-campi e instituições isoladas, para formação de professores.
- 5- **Complexos Integrados de Educação**, na interface educação básica e educação superior, articulados aos pontos de cultura previstos na nova política de cultura.
- 6- **Redes metapresenciais de co-aprendizagem** integrando universidades, colégios universitários, institutos, escolas da rede pública e polos de cultura com tecnologias digitais.
- 7- **Esforço emergencial para enfrentamento do analfabetismo**, planejado para se tornar o maior programa de extensão da história das universidades públicas brasileiras.
- 8- Reativar, requalificar e articular todos os **sistemas de avaliação** existentes com vistas à promoção da qualidade-equidade da educação.
- 9- Prospectar **inovações curriculares, estratégias pedagógicas, soluções tecnológicas e de gestão** em regime de cocriação com docentes e discentes e participação ativa da sociedade.
- 10- No longo prazo, fomentar **pesquisa translacional em educação** gerando metodologias inovadoras e efetivas em todos os níveis de ensino.

Antecedentes:

Profundas mudanças marcam o atual contexto globalizado, com enorme impacto no campo da Educação. As fronteiras tecnocientíficas da atualidade indicam uma profunda transformação econômica e sinalizam novos perfis de trabalhador/a necessários para o século XXI, o que requer um novo perfil profissional do professor/a para o futuro próximo. Em todo o mundo, o setor da educação constitui espaço de políticas públicas crucial para o desenvolvimento econômico e social, o que requer investimentos orientados para compensar vetores de assimetrias e desigualdades. Ao promover cidadania e inserção no mundo do trabalho, a educação pode tornar as sociedades mais justas, democráticas, inclusivas, sustentáveis e responsáveis.

Na oferta de educação pública, em nosso país, emergem disparidades sociais com relação ao acesso à qualidade diferencial dos processos de ensino-aprendizagem, principalmente nos níveis iniciais do sistema de educação, e às tecnologias (quase sempre mais caras e escassas por vetores enviesados de mercado). Com a pandemia da Covid-19 (2020-2022), a recuperação dos atrasos escolares impostos por medidas de controle baseadas em isolamento e distanciamento físico, bem como a redução das iniquidades educacionais aprofundadas pela crise sanitária, requer transformar a Educação Básica em pauta política urgente, garantindo investimentos e ações efetivas, incorporando inovações curriculares, pedagógicas e tecnológicas.

No Brasil, num contexto em que a extrema-direita ataca a ciência, a cultura e as instituições do Estado democrático, a Educação apareceu no debate eleitoral praticamente de forma antípoda: por um lado, como cenário de guerra ideológica visando a recuperar valores conservadores e

¹ Texto elaborado por membros da Cátedra Alfredo Bosi de Educação Básica do Instituto de Estudos Avançados da USP como contribuição ao processo de reconstrução da Educação Pública no Brasil, neste momento crucial de transição política. Trata-se de exercício acadêmico fruto da iniciativa individual de colaboradores da Cátedra Alfredo Bosi; portanto, não representa a posição institucional do IEA/USP e de organizações parceiras.

retrógrados; por outro lado, como direito fundamental a ser garantido de modo equitativo a todos/as, como processo de emancipação política. A negação e desprezo pela Educação Básica é fruto da soma de quem a considera excessiva ou inadequada na questão dos valores, porque transcende a clausura familiar, e de quem a considera insuficiente para o enfrentamento dos desafios do presente e do futuro. Qual o papel, de fato, da educação pública numa sociedade profundamente desigual? Nessa encruzilhada, para enfrentar dilemas da interface entre educação básica e educação superior, precisamos pensar estrategicamente o futuro da educação brasileira.

Contexto Político:

Apontamos brevemente elementos da conjuntura política atual:

- a. É assustador e quase incompreensível o volume de apoio popular que a extrema-direita obscurantista e fundamentalista alcançou nas eleições presidenciais de 2022, vencidas por estreita margem pelo projeto progressista. Caso o projeto reacionário tivesse sido vitorioso, o que não se concretizou graças à ampla mobilização e luta de diversos setores da sociedade brasileira, haveria continuidade dos programas e políticas de desmonte da Educação em curso, o que reforçaria a resistência no âmbito interno às instituições e nos espaços de atuação social e política mais ampla.
- b. A campanha vencedora para Presidência da República em todos os momentos valorizou a Educação como indicador de sucesso de uma futura gestão, destacando principalmente a expansão do ensino superior, cobertura territorial e inclusão social. O programa do novo presidente explicita a intenção de aumentar investimentos e dar prioridade política à educação, prometendo acesso universal a todos os níveis de ensino, remetendo às iniciativas e programas do tempo de seu governo anterior.
- c. No item 21 do Programa de Governo apresentado pela coligação eleita, encontra-se: “O país voltará a investir em educação de qualidade, no direito ao conhecimento e no fortalecimento da educação básica, da creche à pós-graduação, coordenando ações articuladas e sistêmicas entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, retomando as metas do Plano Nacional de Educação e revertendo os desmontes do atual governo. Para os alunos que ficaram defasados devidos às inúmeras limitações, materiais, pedagógicas ou tecnológicas, durante a crise sanitária, afirmamos o compromisso do novo governo com um programa de recuperação educacional concomitante a educação regular, para que possam superar esse grave déficit de aprendizagem. A educação é investimento essencial para fazer do Brasil um país desenvolvido, independente e igualitário, mais criativo e feliz.”
- d. No item 22: “O nosso objetivo é resgatar e fortalecer os princípios do projeto democrático de educação, que foi desmontado e aviltado. Para participar da sociedade do conhecimento, é fundamental o resgate de um projeto de educação que dialogue com o projeto de desenvolvimento nacional. Para isso, é preciso fortalecer a educação pública universal, democrática, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada, laica e inclusiva, com valorização e reconhecimento público de seus profissionais.” Além disso, no item 81, o documento menciona “combinar educação universal de qualidade, pesquisa científica básica e tecnológica, inovação e inclusão social.” Essa combinação virtuosa implica basear as políticas educacionais em conhecimento científico, para permitir o maior grau possível de eficácia e efetividade das medidas propostas, estreitando as relações entre as universidades e a educação básica.
- e. Como programas relacionados à Educação Básica, o documento explicita CRECHES E ENSINO EM TEMPO INTEGRAL (Para melhorar a qualidade da educação e a vida de crianças, jovens e famílias) e BRASIL CONECTADO - INTERNET DE QUALIDADE EM TODO O PAÍS (Para melhorar a qualidade da educação e a vida de crianças, jovens e famílias), sem destacar a questão da formação de professores. Sem dúvida, esses aspectos são fundamentais, mas é preciso considerar a questão da formação de professores como crucial para lograr a qualidade que se almeja alcançar.

- f. Como iniciativas relacionadas à Educação Superior, o Programa de Governo inclui o MAIS UNIVERSIDADE, com a seguinte ementa: “Ampliar o acesso dos jovens ao curso superior, com o fortalecimento do ENEM, PROUNI e FIES. Expandir e fortalecer a Lei de Cotas Raciais e Sociais. Implantar o Bolsa Permanência, incentivo para estudantes de baixa renda permanecerem na universidade.”
- g. Face aos desmandos e retrocessos nas políticas ambientais do governo que se encerra, é necessário e urgente que a esfera pública promova políticas educacionais orientadas à sustentabilidade. Nesse sentido, uma educação do campo emancipatória e alinhada às lutas sociais será crucial para um novo modelo de produção e recriação de tecnologias que equilibrem vida saudável, desenvolvimento agrícola e cuidados com o meio ambiente.
- h. Em seus discursos, o presidente eleito se refere explicitamente à universalização do acesso ao ensino superior, frequentemente citando o FIES e o PROUNI, ambos no âmbito do setor privado de ensino, além da expansão e interiorização das IFES (universidades e institutos federais), dando ênfase à formação profissionalizantes e aos cursos técnicos. Não obstante, nos documentos e manifestações de campanha não encontramos informação sobre como se pretende cumprir metas tão desafiadoras quanto justas, necessárias e urgentes. Certamente, cabe aqui uma avaliação dos programas de expansão implementados no passado, visando a concepção de novos modelos que venham a corrigir rumos e que contemplem as demandas atuais do país.
- i. No primeiro debate do segundo turno, respondendo a uma questão da jornalista Vera Guimarães sobre como lidar com os atrasos educacionais provocados pela Pandemia da Covid-19, o então candidato se comprometeu a convocar, já na primeira semana de governo, gestores de todos os níveis de governo para debater sobre como enfrentar esse problema, de modo efetivo, coordenado e urgente. Aqui, novamente, as universidades brasileiras devem ser convocadas a participar desse esforço nacional de primeira grandeza.

Propostas:

Neste contexto de transição política complexa, porém esperançosa, na interface educação básica e educação superior, devemos buscar soluções para o futuro imediato e projetar visões estratégicas capazes de resolver problemas já conhecidos e enfrentar os novos desafios. A prospecção de inovações curriculares e pedagógicas orientadas pelas ciências da aprendizagem e a prototipagem de formações interdisciplinares por áreas de conhecimento e por temas contemporâneos transversais devem contribuir para políticas públicas viáveis no campo da Educação Básica. Com isso, pretende-se, rapidamente, delinear um modelo capaz de dar respostas concretas aos grandes desafios prioritários da educação brasileira: das sequelas da pandemia aos problemas crônicos dos sistemas públicos de ensino, da questão da formação de professores para a escola básica pública à ampliação do acesso e inclusão social no ensino superior.² Qual poderia ser a configuração geral desse modelo?

Em esboço ainda preliminar, propomos:

- 1- Realizar um mutirão nacional para planejamento e encaminhamento de medidas urgentes para recuperar atrasos, sequelas, desigualdades e déficits resultantes da Pandemia da Covid-19 (vide item *i* acima), ativando o Regime de Colaboração previsto constitucionalmente e na LDB, mas não restrito aos entes federativos e sim incluindo todas as redes institucionais intersetoriais vinculadas à educação (com prioridade para as universidades públicas) e os sistemas de controle social. Para as universidades, tal mutirão poderia conformar um grande programa nacional de extensão e pesquisa com foco na mitigação dos atrasos educacionais, bem como reverter a evasão ocorrida durante a pandemia em todos os níveis de educação.
- 2- Lançar um grande programa nacional, algo como um REUNI focado na Formação de Professores para a Educação Básica, mediante edital público, destinado a **Consórcios**

² Esse modelo de ação implica mobilizar as Universidades e Instituições de Educação Superior para atuar “em favor da universalização e do aprimoramento da Educação Básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares”, nos termos do Inciso VIII do Art. 43 da LDB.

Estaduais de Educação Superior (ou regionais ou metropolitanos), compostos por universidades e institutos federais, estaduais, municipais (onde houver) e universidades particulares não lucrativas (confessionais e comunitárias), em parceria com secretarias e conselhos de educação, estaduais e municipais, para criar sistemas estaduais integrados para formação de professores da Educação Básica. Nessa proposta, o Regime de Colaboração é acionado com o objetivo geral de equalização das oportunidades educacionais. Diretrizes para esse programa no que se refere à plena integração e mobilidade interinstitucional podem ser encontradas no programa PROMOVER, proposto pela Andifes, inspirado em várias iniciativas transnacionais da Comunidade Europeia.

- 3- Por um período determinado, destinar uma parcela substancial das vagas de entrada nas IES consorciadas para Licenciaturas Interdisciplinares em primeiro ciclo, selecionadas via ENEM, além de chamadas internas de “abdução para docência” de estudantes regulares de outros cursos, em modelos de ensino-aprendizagem solidários (integrando docentes da rede em segunda licenciatura ou mestrados profissionais de ensino) e plataformas curriculares em blocos interdisciplinares, nos moldes da LIC/USP.
- 4- Criar “Colégios Universitários,” envolvendo unidades de ensino de institutos federais ou estaduais de educação profissional, universidades multi-campi e instituições isoladas, sem perda de sua identidade e função precípua, articulados em redes capilarizadas, oferecendo blocos curriculares de Licenciaturas Interdisciplinares em regime de primeiro ciclo como acesso ao sistema de formação, no formato do PROFIS da Unicamp.
- 5- Estimular a formação prática de docentes em contextos reais de aprendizagem, na interface educação básica e educação superior, seguindo o modelo dos Complexos Integrados de Educação da UFRJ, da UFSB e da USP, mediante oferta massiva de bolsas PIBID e bolsas de Residência Pedagógica. Tais complexos poderão ampliar seu escopo como centros tecnológicos e polos de comunicação relacionados aos pontos de arte e cultura previstos na retomada da política nacional de cultura para os diversos territórios brasileiros.
- 6- No contexto do projeto BRASIL CONECTADO (ou similar), criar uma rede de espaços metapresenciais de co-aprendizagem em cada consórcio, integrando campi de universidades, colégios universitários, escolas da rede pública, centros de formação continuada e polos de arte e cultura mediante tecnologias digitais de conectividade.
- 7- Lançar um programa emergencial de enfrentamento do analfabetismo para garantia da universalização da alfabetização em todas as idades, em bases semelhantes ao Brasil Alfabetizado, porém mais ampliado e repaginado como consórcio interinstitucional, nos moldes do item (2) acima. Potencialmente, superar o analfabetismo pode se tornar o maior programa de extensão da história das universidades públicas brasileiras, realizado por todos os cursos e níveis de formação, articulando pós-graduação e pesquisa socialmente relevante.
- 8- Imprescindível reativar, requalificar e articular todos os sistemas de avaliação existentes (centrados no SINAES) para monitoramento das ações desse conjunto de políticas e programas com vistas à promoção da qualidade-equidade da educação superior e a própria regulação da oferta, utilizando metodologia de estudos de implementação.
- 9- Durante um período de dois anos, promover permanente e ampla prospecção de inovações curriculares, estratégias pedagógicas, soluções tecnológicas e de gestão para teste nos consórcios e imediata transposição para todo o sistema, durante todo o novo mandato, criando espaços de diálogo, sempre em regime de cocriação, com docentes e discentes e participação ativa da sociedade.
- 10- Numa dimensão estratégica de longo prazo, é preciso fomentar programas de produção de conhecimento científico translacional para educação, priorizando temas como: otimização de procedimentos educacionais para enriquecer o papel de creches e pré-escolas; alternativas para acelerar a alfabetização na idade certa; propostas para incrementar a aprendizagem de alunos com necessidades especiais; metodologias inovadoras para facilitar aprendizagem de conteúdos STEAM em todos os níveis de ensino; entre outros.

Questões geradas pelo modelo proposto e possíveis soluções:

- A questão da formação docente – inicial e continuada – é chave para superar os problemas identificados na Educação Básica. As experiências do Fórum Permanente de Formação Docente³ levantam questões bastante relevantes sobre a formulação da política e sua implementação nos estados. Como contrapor a força inercial das práticas atuais que podem deter ou atrasar as respostas efetivas aos desafios?
- Convergindo com propostas elaboradas pelo Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência,⁴ esperamos que democraticamente e urgentemente se possa constituir o Sistema Nacional de Educação, articulado ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, incluindo educação básica, tecnológica, superior e pós-graduação, articulando todos os níveis e formas de educação e produção de conhecimento, públicos, comunitários e privados, mobilizando conferências, fóruns e conselhos setoriais representativos e participativos. Como superar os entraves normativos, regulatórios e burocráticos que impedem uma virtuosa e efetiva intersectorialidade entre os diferentes órgãos de planejamento, financiamento, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de Educação Básica no Brasil?
- Para viabilizar o item (9), é preciso conhecer o que tem sido feito, como tem sido feito e com que resultados. É preciso insistir no reconhecimento de que há brilhantes iniciativas de escolas, redes, ONG, movimentos sociais e coletivos que já atuam no enfrentamento dos desafios que nos mobilizam e que podem indicar caminhos. Como tornar essas práticas fator decisivo para estabelecer regimes de cooperação horizontal entre universidades, escolas e redes? De modo específico e num sentido prático, como fazer interagir MEC (CAPES), MCTI (CNPq), FAPs e secretarias de educação para, mediante editais de pesquisa, abrir e apoiar linhas robustas de financiamento em pesquisa translacional aplicada à Educação, respeitando-se suas especificidades como campo de saber?
- O item (7) refere-se ao desafio da disponibilidade e qualidade de dados sobre a situação da educação em seus diferentes níveis e esferas de governo. Integração semântica, conformidade, interoperabilidade e democratização de dados da educação são referenciais importantes para a compreensão, construção e aperfeiçoamento de políticas nacionais transformadoras e sustentáveis. Como construir um equivalente ao “DATASUS” da Educação?
- Em 2014, o Congresso Nacional aprovou o Plano Nacional de Educação; como instrumento legal para sua concretização, encontra-se em processo de criação o Sistema Nacional de Educação. A vitória do projeto progressista permite projetar que, ao final de 2023, teremos o SNE formalizado e o novo PNE revisto e atualizado. Que papel poderá ter esse sistema nacional no esforço emergencial e na visão estratégica proposta?
- Propostas no sentido de expandir e fortalecer a Lei de Cotas Raciais e Sociais, atualmente vigente, são pertinentes e necessárias, particularmente a Bolsa Permanência, política indutora de sucesso nas universidades públicas. Entretanto, há uma preocupação fundamental em ampliar acesso e diversificar fontes e modelos de apoio à permanência. Como conceber e implementar soluções estruturais que propiciem passagem mais orgânica do ensino médio para a educação superior?
- Há desafios específicos que não podem ser ignorados: hoje o público potencial da EJA é maior do que o contingente que deve ter frequência obrigatória à escola. Será necessário um grande esforço, inclusive de imaginação, para incluir a questão da EJA nesta agenda de urgência histórica, visando ao cumprimento da meta 9 do PNE. O que fazer para incluir na contemporaneidade pessoas e populações inteiras que não concluíram a educação básica?
- A radicalização da extrema-direita, particularmente o engajamento numa guerra cultural conservadora no campo educacional, encontra inegável apoio popular. Claro que não cabe à educação como prática social inteira responsabilidade por este cenário desolador, mas, ao mesmo tempo, reconhecida a problemática, precisamos avaliar a ruptura dos limites da sociabilidade e como, numa visão estratégica de política pública, a educação precisa se

³ Locatelli & Diniz-Pereira (2019). Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente: crônica de uma morte anunciada: <https://www.scielo.br/j/es/a/X3tsLYdsX8MsvHJyrcXDhij/?format=pdf&lang=pt>

⁴ PROPOSTAS PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA RECONSTRUÇÃO NACIONAL (2023-futuro). São Paulo: Centro de Estudos SoU_Ciência/Unifesp, 31/agosto/2022.

mostrar comprometida em fortalecer esses limites. Isso significa que precisamos nos preparar para atuar em contextos adversos, potencialmente conflitivos entre profissionais que trabalham no ensino e famílias que frequentam a escola pública. Como tornar a família um aliado pedagógico e o ambiente familiar um espaço saudável, valorizadores da educação solidária e emancipadora?

- Quando se pensa a educação brasileira em termos macro-estratégicos, quase nunca se aborda o antirracismo no âmbito da produção de saberes/conhecimentos. Quando se abre a discussão das questões estruturais no campo da educação, numa sociedade de história colonial, patriarcal e racista, o tema da violência e da intolerância acaba se restringindo ao social e ao étnico-cultural. Qual será a contribuição da educação no combate ao racismo epistêmico em todas as áreas do conhecimento, para além da produção de saberes acadêmicos e escolares, buscando uma cooperação marcada pelo diálogo, pelo aprendizado mútuo, sem a concepção de que a universidade vai iluminar a escola?
- Sem dúvida, a retomada dos investimentos e a reanimação do campo da educação por um projeto progressista fomentará maior inserção em projetos e redes internacionais. Entretanto, podemos aproveitar o protagonismo nas relações multilaterais para corrigir assimetrias de laços internacionais. Como fazê-lo? Como alcançar maturidade em propostas simétricas de intercâmbio com universidades e organizações internacionais para valorizar a Educação Básica brasileira?
- A agenda da ONU/UNESCO no século XX, que produziu referências importantes de valores para o debate público, ainda não se esgotou. A Constituição de 1988 é de certa forma filha dessa agenda. Essa agenda pode ainda ser nossa referência no debate público? Como a pauta da educação no cenário nacional poderia manifestar seu compromisso com essa agenda, superando-a? A agenda ESG (*Environmental, Social, Governance*) 2030, sendo mais pragmática e empresarial, substituirá a pauta dos direitos sociais do século XX?

Considerações Finais:

No plano político estratégico, essas propostas e questões pretendem se enquadrar num projeto progressista, conforme aqui sugerido. Recorrendo a algumas referências nacionais, como a própria Constituição Federal, a LDB e as DCNs, ou internacionais, como os ODS, a Agenda ESG e documentos da UNESCO, encontramos um solo mais nítido, fértil e consolidado de valores fundantes de uma educação emancipatória.

A linha de base da ação transformadora necessária são os direitos humanos e seus correlatos, como a questão ambiental, a equidade econômica, a proteção social, a qualidade de vida, a participação política, o respeito à diversidade humana. Através da Educação, com firme ênfase e foco prático na Educação Básica, consideramos fundamental e urgente promover uma ampla defesa de valores humanos e práticas sociais capazes de fortalecer o compromisso de cidadãos e cidadãs com sociedades mais justas, democráticas, inclusivas, sustentáveis e responsáveis.

São Paulo-SP, 08/12/2022

Documento concebido por Luís Carlos de Menezes, compilado por Naomar de Almeida Filho, com base em contribuições de Ana Célia Castro, André Lázaro, Nilson Machado, Bernardete Gatti, Lino de Macedo, Francisco Aparecido Cordão, Roseli Lopes, Ana Paula Magalhães, Ana Inoue, Ana Estela Haddad, Débora Foguel, Jaqueline Moll, Jorge Whittaker Franco, Ricardo Henriques, Carmen Gabriel, Luiz Roberto Alves, Carmen Prado, Paulo Gabriel Nacif, Raquel Nery, Remi Castioni, Nadia Fialho, Isaac Roitman, Almerico Lima, Roberto Lent, Romualdo Oliveira, Claudia Passador, Fabiana Lima, Daniel Puig, Soraya Smaili, Rui Oppermann, Maria Lúcia Cavalli Neder, Poty Lucena, Renato Pedrosa, Paulo Speller.